



SECRETARIA

PORTARIA Nº 201, DE 7 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização, resolve:

Art. 1º Designa GABRIEL MACHADO MORAIS, matrícula S063953, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, da Coordenadoria de Legislação de Pessoal, da Secretaria de Gestão de Pessoas, na vaga decorrente da dispensa de Francisco das Chagas Leite.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

PORTARIA Nº 202, DE 7 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização e considerando o disposto no art. 35, I e II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Por indicação do Ministro Sérgio Kukina, efetua as seguintes alterações em seu gabinete:

I - Dispensa, a pedido, EMERSON SOUZA DE ANDRADE, matrícula S064780, da função de confiança de Assistente IV, código FC-4;

II - Dispensa JOANALEY DE OLIVEIRA LIMA, matrícula S058771, da função de confiança de Assistente II, código FC-2;

III - Designa JOANALEY DE OLIVEIRA LIMA, matrícula S058771, para a função de confiança de Assistente IV, código FC-4, na vaga decorrente da dispensa de Emerson Souza de Andrade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

PORTARIA Nº 203, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização e considerando o disposto no art. 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Por indicação do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, dispensa de seu gabinete LEONARDO FLORENCIO PEREIRA, matrícula S063856, da função de confiança de Assistente IV, código FC-4.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

PORTARIA Nº 206, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização e considerando o disposto no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Revoga, com efeitos a partir de 8 de março de 2016, a designação de MOEMA VIANA DE OLIVEIRA, matrícula S041100, objeto da Portaria STJ/GDG n. 570 de 28 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º subsequente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

PORTARIA Nº 208, DE 9 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Manual de Organização e considerando o disposto no art. 9º, II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Nomeia ALINE MENDES MOTA para o cargo em comissão de Assessor A, código CJ-2, da Secretaria-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, na vaga decorrente da exoneração de Witoldo Hendrich Junior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 95, DE 7 DE MARÇO DE 2016

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL E PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

CONVOCAR, para atuar em auxílio à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, a partir do dia 9 de março de 2016 a 30 de setembro de 2016, sem prejuízo da jurisdição na origem, o Juiz Federal RONIVON DE ARAGÃO, da 2ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe, para exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Coordenar as atividades de gestão dos processos no Gabinete da Presidência da TNU;

II - Estabelecer mais próxima interação entre os distintos espaços no âmbito da TNU;

III - Coordenar a elaboração do ementário com jurisprudência consolidada da TNU;

IV - Coordenar atividades relacionadas ao estreitamento institucional entre a TNU, os Tribunais Superiores e as Turmas Recursais;

V - Realizar encontros para coordenação de trabalhos gerais da TNU, envolvendo Presidência e Secretaria, incluindo aprimoramento e atualização dos servidores quanto ao direito material e ao sistema recursal dos Juizados;

VI - Realizar reuniões de trabalhos da TNU, envolvendo o Núcleo de Demandas Repetitivas do Superior Tribunal de Justiça - NURER, a fim de desenvolver e implantar sistema de controle e gerenciamento dos processos representativos da controvérsia na TNU;

VII - Coordenar a criação de um núcleo junto à TNU para a análise das demandas repetitivas e para triagem de processos cujas teses já foram pacificadas pela TNU ou pelo Tribunal Superior ou que não podem ser admitidos por algum óbice processual;

VIII - Coordenar a implantação e o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico - PJe na TNU.

Min OG FERNANDES

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PORTARIA Nº 38, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no art. 36 da Lei nº 8.112/90, no art. 20 da Lei nº 11.416/2006, no Anexo IV da Portaria Conjunta nº 3/2007, no art. 32 do ATO.CIF.DILEP.SEGPES.GDGSET.GP.Nº 19/2013, e tendo em vista o constante do Processo TST nº 500.763/2016-5, resolve:

1 - Remover, de ofício, para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a contar de 28/3/2016, o servidor VALMOR BORGES DOS SANTOS, código 12905, Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Corte.

2 - Conceder 10 (dez) dias de trânsito.

Min IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
FILHO

PORTARIA Nº 39, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, no ATO.SRLP.SERH.GDGCA.GP.Nº 316/2006, e tendo em vista o constante do Processo TST nº 500.742/2008-9, resolve:

Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região da servidora JUNIA FERREIRA VALLADARES, código 32176, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a partir de 1º/6/2016, para o exercício de função comissionada.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
FILHO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 1.681, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, e nos artigos 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 11.416/06, e o contido no Processo nº 010861/15-00.08 do Sistema Eletrônico de Informação, resolve:

NOMEAR, tendo em vista a habilitação em concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, MATEUS BECKHAUSER PINTO, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de Flamarion Pinto da Motta, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, classe "A", padrão 1, nível superior, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, com designação para ter exercício junto à 1ª Auditoria da 3ª CJM.

WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

ATO Nº 1.682, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 005169/16-00.08 do Sistema Eletrônico de Informações, resolve:

PRORROGAR, até 25 de março de 2016, o período constante do Ato nº 1676, de 29 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 2016, que convocou, nos termos do Provimento nº 105/13, o Dr. LUIZ OCTÁVIO RABELO NETO, matrícula 8048, Juiz-Auditor Substituto da Auditoria da 8ª CJM, para assumir a titularidade da Auditoria da 12ª CJM.

WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

ATO Nº 1.683, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 005506/16-00.133 do Sistema Eletrônico de Informações, resolve:

Art. 2º Designar:

I - GUILHERME ANDRADE FERREIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente III, nível FC-03, na Assessoria de Gestão Estratégica;

II - THAÍS NEVES MENDES, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Assistente III, nível FC-03, na Assessoria Processual.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 211, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no Procedimento Administrativo SEI nº 2015.00.000003348-8, resolve:

Prorrogar, por um ano, a cessão do servidor SANDRO DE OLIVEIRA ARAÚJO, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Análise de Sistemas, ao Ministério da Defesa, para continuar a exercer cargo de Gerente, código DAS 101.4.

Min. DIAS TOFFOLI

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 103, DE 8 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 3522/2016, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor Hamilton Ferreira de Souza, matrícula S012305, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe C, padrão 13, do quadro de pessoal do Tribunal, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, e dos arts. 15, III, e 18, § 3º, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, alterada pela Lei n. 12.774, de 28 de dezembro de 2012, combinado com o art. 193 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Min. FRANCISCO FALCÃO

PORTARIA Nº 104, DE 9 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto na Resolução n. 3 de 21 de fevereiro de 2014 e na Portaria STJ/GP n. 387 de 16 de setembro de 2015, bem como a manifestação constante do Processo STJ 24.138/2015, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada, pelo período de seis meses, a partir de 21 de março de 2016, a convocação da Juíza de Direito Simone Trento, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para continuar atuando como juíza instrutora no Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

PORTARIA Nº 105, DE 9 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos arts. 9º, II, e 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Por indicação do Ministro Herman Benjamin, efetua as seguintes alterações em seu gabinete:

I - Exonera LILIANE VIEIRA GOMES, matrícula S044835, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3;

II - Dispensa LUDMILLA NOGUEIRA DE QUEIROZ, matrícula S058801, da função de confiança de Assistente IV, código FC-4;

III - Nomeia LUDMILLA NOGUEIRA DE QUEIROZ, matrícula S058801, para o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, na vaga decorrente da exoneração de Liliane Vieira Gomes;

IV - Designa LILIANE VIEIRA GOMES, matrícula S044835, para a função de confiança de Assistente IV, código FC-4, na vaga decorrente da dispensa de Ludmilla Nogueira de Queiroz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

PORTARIA Nº 106, DE 9 DE MARÇO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos arts. 9º, II, e 35, II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Por indicação dos Senhores Ministros adiante nomeados, efetua as seguintes alterações em seus gabinetes:

I - Exonera, a pedido, JACQUELINE PAIVA RUFINO, matrícula S052250, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, do Gabinete do Ministro Villas Bôas Cueva;

II - Nomeia a servidora para o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, do Gabinete do Ministro Og Fernandes, na vaga decorrente da exoneração de Gislene Fernandes Jacinto Faria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO